

I

VISÃO E MÉTODO

A originalidade de um inovador científico e a “recepção” de suas teorias

JOSÉ MARCIO REGO

Ele pensava dentro de outras cabeças; e na sua, outros, além dele, pensavam. Este é o verdadeiro pensamento.

(Bertolt Brecht)

Bresser-Pereira é um cientista social dos mais importantes entre os economistas e sociólogos brasileiros. E a repercussão de sua obra extrapola o meio acadêmico nacional, difundindo-se, e muito, em grande parte da América Latina, nos Estados Unidos e na Europa. Bresser já é em 2004, quando completa 70 anos, o segundo cientista social brasileiro mais citado no exterior – somente Celso Furtado o supera nesse quesito.¹ Sua preocupação central sempre foi com o desenvolvimento do Brasil e da América Latina. Bresser-Pereira esteve envolvido nos grandes debates e movimentos teóricos que resultaram no pensamento econômico brasileiro contemporâneo e nas mais criativas políticas públicas formuladas por nossos economistas. Junto a Celso Furtado, Ignácio Rangel, Roberto Campos, Maria da Conceição Tavares, Fer-

¹ Segundo pesquisa realizada por Carlos Roberto Azzoni (*Economia Aplicada*, v. 4, n. 4, p. 822, quadro 6, 2000), Bresser-Pereira era, em 1999, o terceiro economista brasileiro mais citado no exterior, com 109 citações. Celso Furtado contava 374 citações e Mario Henrique Simonsen, 131. Os dados utilizados por Azzoni foram obtidos no mecanismo de busca Web of Science.

nando H. Cardoso, Mario Henrique Simonsen, Carlos Lessa, Edmar Bacha, Luiz Gonzaga Belluzzo, Pêrsio Arida, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Theotonio dos Santos, José Serra, Antônio Barros de Castro, Yoshiaki Nakano, Guido Mantega e Francisco Lopes, para citar alguns entre inúmeros outros importantes autores, ele esteve envolvido nas quase quatro décadas de produção teórica de três gerações de economistas brasileiros. Eles atuaram num período de grande fertilidade para as ciências econômicas e sociais no Brasil.

De fato, as décadas de 1950 a 1980 foram de grande efervescência para o pensamento social em geral. Nesses “anos dourados” da produção teórica brasileira, emergiu uma característica que, em grande medida, iria explicar a capacidade criativa de nossas ciências sociais. Era um inconformismo que impeliu uma primeira geração de economistas brasileiros e seus colegas latino-americanos a recusar as teorias graciosamente oferecidas pelo *mainstream* dos países avançados, que vinham prontas para o “consumo” dos intelectuais da periferia. Surgia, nesse período, um pensamento econômico autônomo, disposto a identificar as peculiaridades de nosso processo de desenvolvimento. Assim nasceram as correntes teóricas mais fecundas do pensamento econômico brasileiro e latino-americano, que influenciaram diretamente os movimentos sociais e políticos, assim como a ação do Estado brasileiro ao longo de quase meio século.

A primeira grande corrente foi a do desenvolvimentismo, na qual esteve engajada a maioria dos pensadores brasileiros de peso da primeira geração. Afinal, superar o atraso secular da América Latina, libertar-se dos velhos “grilhões” do colonialismo e imperialismo e colocar-se na rota da industrialização e do desenvolvimento capitalista, então trilhada pelos Estados Unidos e Europa no pós-guerra, era a legítima aspiração dos povos deste continente. Dessa lavra surgiu o desenvolvimentismo do Iseb, bem como a teoria do subdesenvolvimento da Cepal, que, com os seus cursos de formação implantados no Brasil sob a batuta de Anibal Pinto, além da ida, por livre-arbítrio ou de “forma compulsória”, de brasileiros à cidade de sua sede, Santiago do Chile, influenciou a formação de várias gerações de pensadores brasileiros.

Contudo, o fracasso do desenvolvimentismo em gerar um tipo de crescimento econômico que favorecesse não apenas a burguesia, mas se difundisse para as camadas mais pobres da população latino-americana, dividindo melhor os frutos da riqueza que se avolumava nas mãos da burguesia já havia muito tempo, fomentou o surgimento de novas correntes teóricas e movimentos políticos no Brasil e na América Latina. Afinal, o Brasil da segunda metade do século XX ostentava as maiores taxas de crescimento do mundo, juntamente com os maiores índices de desigualdade social.

Mesmo antes do golpe de 1964, já fermentavam novas correntes teóricas no seio da inteligência brasileira. Se, por um lado, a esquerda mais tradicional radicalizava seu discurso, em face das mazelas da ditadura, outra corrente partiu para um empreendimento mais ousado e criativo. Surgia, nos anos 1960, uma nova esquerda no Brasil, da qual Bresser é um dos mais dignos representantes. Uma nova esquerda que, para produzir um conhecimento mais aprofundado da realidade brasileira, não tinha preconceitos de usar os fundamentos do marxismo nem de apropriar-se do pensamento contemporâneo de Keynes e outros autores mais próximos do *status quo*.² Foi dessa lavra que surgiu a teoria da dependência, na qual se envolveu diretamente Bresser-Pereira:

Nos anos 50 domina no Brasil a teoria do imperialismo e o pessoal do ISEB, com Ignácio Rangel como principal economista, e a CEPAL, onde o principal economista seria Celso Furtado, que ainda viam o subdesenvolvimento brasileiro como causado em grande parte pelo imperialismo, que impedia de nos industrializarmos. Mas fica claro, durante a segunda metade dos anos 50, que isso é falso. No final dos anos 50 escrevi uma carta, depois um artigo, mostrando quais eram os fatos novos que mudavam a natureza da relação do Brasil e da América Latina com o primeiro mundo. Deixava de ser uma mera relação de nações ou países imperializados, mas passava a ser uma relação que nós chamamos de uma nova depen-

² Ver, a respeito, Bresser-Pereira (1982), que continua sendo um dos melhores trabalhos de sistematização das linhas teóricas de interpretação sobre o Brasil.

dência. Aliás, eu estou profundamente envolvido no surgimento da teoria da nova dependência.³

A nova esquerda foi extremamente crítica do modelo econômico do autoritarismo, em particular da concentração de renda e demais distorções socioeconômicas que este promoveu, em seus mais de 20 anos de “reinado”. Ao mesmo tempo, soube detectar com maior lucidez, e sem os preconceitos e limitações da velha esquerda, a dinâmica e as peculiaridades do capitalismo retardatário brasileiro. Posteriormente, dos anos 1980 em diante, o foco dos pensadores recai sobre os problemas da dívida externa e, principalmente, sobre a questão da inflação e da crise fiscal do Estado, alguns dos grandes temas do capitalismo contemporâneo. Daí o surgimento da corrente da teoria da inflação inercial, último grande movimento teórico dos anos 1980, com desdobramentos importantes nos anos 1990, e para a qual Bresser-Pereira também deu, certamente, uma contribuição fundamental.

A teoria da dependência, como todo movimento de idéias, foi um produto coletivo, resultado da crise do modelo de substituição de importações e do populismo, assim como do imenso volume de pesquisa e de circulação de idéias para interpretá-las. Essa dimensão coletiva, necessária para um resultado de tamanha complexidade, concentrou-se na obra de alguns autores que ofereceram os elementos conceituais mais genéricos, sistemáticos e profícuos para a sua elaboração.

A crise econômica, política, social e ideológica na América Latina das décadas de 1960 e 70, após uma onda de investimentos em que o capital estrangeiro se torna o setor mais dinâmico dessas formações sociais, questiona decisivamente o pensamento desenvolvimentista, que supunha, em suas versões à direita e à esquerda, uma vez vencidos seus obstáculos internos à modernização, poder repetir nas sociedades periféricas os modelos de desenvolvimento dos países centrais. A industrialização da periferia sob a égide do capital internacional trouxe a associação do desenvolvimento com

³ Bresser-Pereira, 1982.

o subdesenvolvimento, por acrescentar novos elementos às formas antigas deste. A partir desse quadro empírico complexo, Theotônio dos Santos, Bresser-Pereira, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Ruy Mauro Marini, entre outros, extraem o objeto e os elementos gerais do conceito de dependência. A dependência adquire sua expressão sistemática na economia mundial hegemônica estruturalmente pelo grande capital, e envolve, como registra Carlos Eduardo Martins, três elementos que se condensariam para designar e concretizar o conteúdo de suas relações:

- as estruturas de desenvolvimento do capitalismo, as quais se fundamentam nos fenômenos da internacionalização e monopolização do capital – em particular, nas formas que estas adquiriram a partir da fase imperialista – e exercem um papel condicionante sobre os outros elementos na produção das relações de dependência;
- as mediações que se estabelecem através das relações internacionais entre os países que são objeto da expansão capitalista e os processos de internacionalização do capital, de maneira a configurar uma divisão internacional do trabalho que fundamenta a dependência. Aqui despontam as formas que assumem o comércio exterior, o movimento internacional de capitais e as transferências internacionais de tecnologia;
- as estruturas internas dos países objeto da expansão capitalista, expressando o encontro dialético dos elementos internos destas economias com as relações econômicas internacionais e a estrutura monopólica internacional.

As relações de dependência não surgiram então como um fator externo, mas a partir de uma complexa relação entre estes três níveis de relações socioeconômicas que internalizam a dependência. Para Theotônio dos Santos, o conceito de dependência envolve uma elaboração centrada na contradição, onde a integração entre estes três níveis, que designa as relações de dependência (estruturas internacionais do capital, relações econômicas internacionais e estruturas internas dos países objeto da expansão do capital internacional), depende necessariamente de uma composição de forças sociopolíticas nos países dependentes que a consolide de acordo com as

possibilidades oferecidas pela situação que condiciona a dependência. Surge, assim, a necessidade do conceito de compromisso ou combinação de interesses para designar esta composição.⁴

As teorias de subdesenvolvimento podem ser divididas em duas grandes vertentes. A primeira delas é a da superexploração imperialista (ou do colonialismo mercantil, que privilegia as formas de colonização – povoamento ou exploração – como determinantes para se explicar a questão do desenvolvimento) e a apropriação pelas metrópoles do excedente gerado nas colônias via imperialismo (superexploração). As origens destas explicações estão em Marx e Lênin, com contribuições importantes na América Latina, tais como as de Caio Prado Júnior e André Gunder Frank (com a tese sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento). Depois temos a teoria de centro-periferia, de Prebisch e toda a escola cepalina, associada ao estruturalismo latino-americano, da qual as contribuições de Furtado e Conceição Tavares e a teoria da dependência são derivações importantes.

O paradigma estruturalista (Prebisch e Furtado) entende o subdesenvolvimento como um fenômeno relacionado às estruturas produtivas da periferia – indústria não-integrada, agricultura dual e comércio exterior reproduzindo tais assimetrias. Bresser-Pereira chama exatamente de interpretação da superexploração imperialista a abordagem neomarxista que trata o desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos como se fosse condicionado por forças externas (dominação desses países por outros mais poderosos). Isto os leva a dar ênfase à esfera da circulação, explicando o subdesenvolvimento em termos de relações de dominação na troca. Argumentam que um “excedente” é extraído de países subdesenvolvidos por países capitalistas adiantados, empobrecendo os primeiros, que deixam de se desenvolver porque perdem acesso a seus excedentes. Esse excedente é apropriado pelos países capitalistas adiantados e neles investido, convertendo-se num dos primeiros elementos para o seu rápido desenvolvimento econômico. A interpretação da superexploração imperialista afirma que a dicotomia extração/apropriação de excedente tanto causa como perpetua as

⁴ Santos, 1978:309.

desigualdades entre os países. Historicamente, o saque e a espoliação das colônias por parte dos países “metropolitanos” foi a causa inicial do desenvolvimento destes e da estagnação das colônias, e essa mesma dinâmica explicaria a persistência do subdesenvolvimento. Gunder Frank enfatiza que a extração do excedente foi a causa da divisão inicial do mundo em países ricos e pobres.⁵ No período colonial, destaca este autor, assumiu principalmente a forma direta de produtos (via saque e espoliação), assumindo esta apropriação no mundo moderno a forma de repatriação de lucros. Um dos problemas desta análise é considerar a extração do excedente no contexto de países, com quase nenhuma referência a classes sociais. Essa análise não se ocupa também de identificar como o produto excedente é produzido e inicialmente apropriado, considerando basicamente como é trocado. Acaba assim dando maior ênfase à exploração entre países do que à exploração do proletariado, e condiciona a riqueza dos países centrais à pobreza dos países subdesenvolvidos.

Embora autores como Arghiri Emmanuel e Samir Amin rejeitem a negação do papel das classes na apropriação do produto excedente, no essencial concordam com Gunder Frank ao acharem que o subdesenvolvimento é condicionado por forças externas e que as suas causas estão nas relações de troca. Gunder Frank e Amin concordam com a afirmação de que a burguesia local, nas economias do Terceiro Mundo, é relativamente fraca e que o Estado é relativamente forte e autônomo com respeito à burguesia local. Frank afirma que importante é a relação do Estado com a burguesia imperialista da metrópole, e não com a burguesia local. Em sua análise das teorias neomarxistas, feita no bojo de uma reflexão acerca das principais interpretações sobre o Brasil, Bresser-Pereira destaca ter esta abordagem a proposta de construir uma nova interpretação para a América Latina, a partir do conceito leninista de imperialismo e do conceito trotskista de perda de dinamismo do capitalismo central. Para esta interpretação, como destaca Bresser-Pereira,

⁵ Frank, 1966.

o imperialismo extrai praticamente todo o excedente dos países subdesenvolvidos. É o obstáculo fundamental a qualquer processo real de desenvolvimento. A burguesia local, por sua vez, está integralmente subordinada ao imperialismo. Como este explora os trabalhadores locais através do comércio internacional e das empresas multinacionais, não resta outra alternativa à burguesia local para poder se apropriar também ela do excedente senão superexplorá-los.⁶

Um dos principais esforços dos autores vinculados à abordagem que ficou conhecida como “teoria da dependência” foi o de reconsiderar os problemas do desenvolvimento econômico a partir de uma perspectiva de interpretação que insistiu na natureza política dos processos de transformação econômica. A Cepal já havia registrado a significativa limitação da utilização de esquemas teóricos relativos ao desenvolvimento econômico e à formação das sociedades capitalistas dos países hoje desenvolvidos para a compreensão da situação dos países latino-americanos. A intensificação desse esforço de compreensão leva à valorização do conceito de dependência, como instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional. Destacava-se não existir uma relação metafísica de dependência entre uma nação e outra, um Estado e outro. Essas relações se tornavam possíveis por intermédio de uma rede de interesses e de coações que ligam uns grupos sociais aos outros, umas classes às outras. Assim, era preciso determinar interpretativamente a forma que essas relações assumiam em cada situação de dependência, mostrando como Estado, classe e produção se relacionavam. A teoria da dependência (ou interpretação da nova dependência, se adotarmos a classificação de Bresser), como registrou Furtado, é uma tentativa de reinterpretação teórica que surge da crise da abordagem cepalina:

⁶ Bresser-Pereira, 1985:31.

Desde fins dos anos 50 a própria CEPAL se encontrava em fase de autocrítica. As idéias sobre o desenvolvimento elaboradas em sua grande fase criativa (1949-1954) continuavam válidas, mas eram reconhecidamente insuficientes na abordagem de uma nova problemática que se fazia visível nos países que mais êxito haviam alcançado em seus esforços de industrialização. Era indubitável que a CEPAL elaborara uma teoria da industrialização periférica, ou retardada. No centro dessa teoria, estava a idéia de que a progressiva diferenciação dos sistemas produtivos permitida pela industrialização conduziria ao crescimento auto-sustentado. Criado um setor produtor de bens de capital e assegurados os meios de financiamento – o que em boa parte competia ao Estado –, o crescimento se daria apoiando-se na expansão do mercado interno. Naquele momento, a aplicação dessas idéias tropeçava em dificuldades em mais de um país.⁷

Três teorias da dependência

A teoria da dependência surgiu nos anos 1960, em oposição à teoria do imperialismo. Esta, que de alguma forma foi partilhada pelo Iseb e pela Cepal nos anos 1950, afirmava que a industrialização latino-americana tinha como defensores a burocracia de Estado e o empresariado nacional, que enfrentavam a expressa oposição do imperialismo associado às oligarquias exportadoras. A visão da dependência de Bresser também parte da crítica das idéias dos anos 1950, mas usando seu “método do fato histórico novo” ressalta que, durante essa década, ocorreram fatos decisivos que inviabilizaram o pacto político popular-nacional de Vargas, exigindo uma nova teoria e uma nova estratégia de desenvolvimento. Ao invés de aceitar a interpretação da dependência que seria adotada no final da década pela escola de sociologia de São Paulo e pela esquerda mais radical, representada por Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, Bresser faz uma análise alternativa que busca preservar a visão inicial de Furtado, Jaguaribe e Rangel, mas

⁷ Furtado, 1991:27-28.

incorporando na análise os fatos novos dos anos 1950. Essa análise teve como trabalho precursor o livro de Hélio Jaguaribe, *O nacionalismo na realidade brasileira*, que o Iseb publica em 1958, bem como *Dualidade básica da economia brasileira* de Ignácio Rangel, também do Iseb, escrito em 1953 e publicado em 1957.

Nas elites intelectuais de esquerda de São Paulo, a partir do golpe militar de 1964, tem início um processo de críticas duras ao Iseb e ao Partido Comunista. Eles teriam sido os responsáveis internos à própria esquerda pelo retrocesso autoritário, na medida em que advogaram a associação com uma burguesia nacional que se aliara aos militares e aos Estados Unidos. (...) A proposta de aliança da esquerda com a burguesia nacional teria sido o grande erro. Burguesia nacional que nunca teria existido, como também não existira o pacto nacional-desenvolvimentista, agora chamado pacto populista. A partir de 1964, ocorre um afastamento radical entre os empresários e as esquerdas. A burguesia “era mercantil e sempre estivera associada ao imperialismo”; não era naquele momento nem nunca fora no passado uma burguesia nacional – uma classe de empresários capazes de se identificar com os interesses nacionais e participar, com a burocracia do Estado e os trabalhadores, de um projeto de nação. (...) os intelectuais paulistas, debatendo entre si, faziam a análise do “pacto populista”, que pressupõe a existência de um empresariado nacional, mas afirmavam que o nacional-desenvolvimentismo se equivocara ao detectar um pacto entre a burguesia nacional, os técnicos do governo e os trabalhadores.⁸

A interpretação de Bresser-Pereira do que estava ocorrendo no Brasil e do caráter dos empresários brasileiros era diferente porque se baseava na análise de fatos históricos novos. Em dezembro de 1960, muito antes de surgirem as idéias sobre a dependência em Santiago do Chile e em São Paulo, escreve uma carta a Luiz Antônio de Almeida Eça sobre as eleições presidenciais daquele ano, e, em 1963, publica o trabalho “O empresário in-

⁸ Bresser-Pereira, 2004.

dustrial e a revolução brasileira”, nos quais delinea uma explicação para a crise do pacto nacional-desenvolvimentista de Vargas.⁹ Na linha do pensamento do Iseb e da Cepal, parte do pressuposto de que, a partir do final dos anos 1930 e nos anos 1940, surgira uma burguesia industrial nacional, que se associara de alguma forma à tecnoburocracia do Estado e aos trabalhadores, em torno da idéia de industrialização. O adversário era a oligarquia agrário-mercantil exportadora associada ao imperialismo. Já nesses trabalhos, Bresser mostra que fatos históricos novos inviabilizaram esse pacto e tornaram superada a interpretação nacional-burguesa correspondente: a consolidação da industrialização brasileira, enquanto a agricultura exportadora cafeeira entra em crise com a queda radical dos preços do café e a possibilidade de transferência de renda da agricultura exportadora para a indústria se esgota; a entrada, pela primeira vez, de capitais estrangeiros na indústria, ao mesmo tempo em que uma lei de tarifas protegia a indústria nacional; e o recrudescimento da luta sindical, com a formação das primeiras centrais sindicais, ao mesmo tempo em que, em 1959, a revolução de Fidel Castro, em Cuba, abala a América Latina e atemoriza os empresários e as classes médias. Segundo sua análise, esses fatos novos inviabilizaram o pacto populista na medida em que estimularam a radicalização da esquerda e promoveram a reunião das forças de direita que desembocou no golpe militar.

Com a revolução de 1964, os empresários brasileiros, agora associados à burocracia militar, não abandonam a idéia do desenvolvimento nacional. Apesar da aliança que fazem com os Estados Unidos na luta contra o comunismo, e da exclusão dos trabalhadores do pacto político, que se torna excludente também no plano econômico, a burocracia do Estado e os empresários continuavam empenhados na substituição de importações pela industrialização nacional. Aqueles fatos históricos novos dos anos 1950, porém, principalmente a ameaça representada pela revolução de Cuba, a entrada das empresas multinacionais na produção industrial e a predominância política dos Estados Unidos, indicavam uma nova forma de depen-

⁹ Ver também o capítulo 4 de *Desenvolvimento e crise no Brasil* (Bresser-Pereira, 1968).

dência, de que a teoria do imperialismo anterior não dava conta, como deixavam claro dois livros de Celso Furtado escritos após 1964: *Subdesenvolvimento e estagnação da América Latina* (1966) e *Um projeto para o Brasil* (1968).¹⁰ Furtado apóia sua tese estagnacionista na crise econômica da primeira metade dos anos 1960, mas a partir de 1967 temos um fato novo fundamental, a retomada acelerada do desenvolvimento, exigindo definitivamente nova interpretação.

Essa nova interpretação será a teoria da dependência. No Chile, alguns intelectuais brasileiros começam a perceber que a estagnação estava sendo superada, e que um novo modelo de desenvolvimento estava surgindo, baseado na participação das empresas multinacionais na industrialização do país, na ênfase sobre a produção de bens de consumo de luxo, e na correspondente concentração de renda das classes média e alta. Era a teoria da nova dependência que surgia sob duas formas: a teoria da dependência associada, que tem como trabalho fundador o livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*,¹¹ e os trabalhos de Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Sem conhecimento desses trabalhos, Bresser publica um artigo que também parte da crítica a Celso Furtado, “Dividir ou multiplicar: a distribuição de renda e a recuperação da economia brasileira”¹² onde faz a análise do novo modelo de desenvolvimento concentrador de renda que estava ocorrendo. Nos anos 1970, continua essa análise com “O novo modelo brasileiro de desenvolvimento” e *Estado e subdesenvolvimento industrializado*.¹³

Entre os autores brasileiros, a rigor, há três vertentes da teoria da dependência: a teoria da dependência radical ou da superexploração imperialista, de Santos e Marini; a da dependência associada, de Cardoso e Faletto;

¹⁰ Furtado, 1966 e 1968.

¹¹ Cardoso e Faletto, 1979.

¹² Bresser-Pereira, 1970.

¹³ Bresser-Pereira, 1972 e 1977.

e a da nova dependência, adotada por Bresser, que a vem desenvolvendo ao longo dos anos. De acordo com esta última,

o desenvolvimento dos países periféricos é nacional-dependente. Configura-se, assim, como um oxímoro já que os dois termos, “nacional” e “dependente”, ligados propositadamente por um hífen, são opostos. A burguesia ou o empresariado nacional e a própria burocracia do Estado vivem um processo de permanente contradição entre sua tendência a se identificar com a formação do Estado nacional e sua tentação de se aliar ao capitalismo dos países centrais.¹⁴

Para as três vertentes da teoria da dependência, a tendência das elites locais a se associarem ao imperialismo está presente. Contudo, enquanto no caso da versão da superexploração imperialista o desenvolvimento é impossível no quadro do capitalismo, e na vertente da dependência associada só é possível de forma subordinada, associada, na perspectiva da dependência de Bresser-Pereira o desenvolvimento nacional é possível porque existe sempre a possibilidade de os empresários voltarem a se associar aos trabalhadores e aos técnicos do governo. Existem forças e pressões internacionais que promovem sua alienação, mas os interesses dos empresários estão também identificados com o mercado nacional e com a própria idéia de nação da qual eles são parte essencial. Essa tese contraditória, mas ao ver de Bresser-Pereira mais realista, do papel desempenhado pelos empresários, que já está presente em seus trabalhos dos anos 1960, torna-se ainda mais clara nos seus trabalhos dos anos 1970 sobre o pacto político, unindo essas três classes no processo de transição democrática.¹⁵

As três vertentes da teoria da dependência, além de se diferenciarem em relação à possibilidade de que as elites nacionais venham a superar sua

¹⁴Ver “Economista ou sociólogo do desenvolvimento”, neste livro.

¹⁵Ver *O colapso de uma aliança de classes* (Bresser-Pereira, 1978) e *Pactos políticos* (Bresser-Pereira, 1985).

alienação, distinguem-se também em relação às duas clivagens ideológicas fundamentais que têm caracterizado o mundo moderno: a esquerda *versus* a direita, e o nacionalismo *versus* o cosmopolitismo. Enquanto a interpretação da superexploração capitalista é radicalmente de esquerda e cosmopolita, apesar da denúncia que faz do imperialismo, e a interpretação da dependência associada é de esquerda, mas cosmopolita porque, ao recusar o acordo de classes, deixa de lado a idéia de nação, a interpretação da dependência de Bresser-Pereira é de esquerda e nacionalista, na medida em que parte do pressuposto historicamente verificado de que o desenvolvimento só é possível a partir de uma estratégia nacional.

A “recepção” da teoria da dependência entre alguns economistas

O “consumo” da teoria da dependência – ou seja, a “recepção” dessa teoria – entre alguns dos mais significativos economistas brasileiros é muito curioso. Antes, porém, de verificar a recepção dos brasileiros, vale a pena registrar “o consumo da teoria da dependência” feito por um economista da academia norte-americana, quase um precursor da teoria, o prestigiado Albert Hirschman, do Instituto de Estudos Avançados de Princeton. Aí já verificamos como a “recepção” dessa teoria foi polêmica.

“A teoria da dependência reafirmada” foi o título da sessão plenária do encontro da Associação de Estudos Latino-Americanos (Lasa) realizado em Atlanta, Estados Unidos, em março de 1976. Em seus comentários como presidente da mesa, Albert Hirschman apresentou alguns dos conferencistas apontando-os como os “pais” dessa teoria. A seguir, Hirschman apresentou-se como “o avô freqüentemente ignorado da teoria, devido ao que havia escrito em 1945 no livro *National Power and the Structure of Foreign Trade*. Fiquei, claro, muito feliz quando o Professor Caporaso, na introdução que fez a esse assunto, apoiou minha reivindicação.”¹⁶

¹⁶ Hirschman, 1981:94.

O pano de fundo histórico desse livro de Hirschman foi o bem-sucedido esforço da Alemanha de Hitler para aumentar seu comércio e suas influências políticas sobre o Leste e o Sudeste europeu durante a década de 1930. Segundo Hirschman, os nazistas não haviam pervertido o sistema econômico internacional, mas apenas tinham capitalizado uma de suas potencialidades ou efeitos colaterais, pois

elementos do poder e desequilíbrio são potencialmente inerentes mesmo em relações comerciais como as que ocorrem sempre, como por exemplo, entre países grandes e pequenos, ricos e pobres, industriais e agrícolas – relações que poderiam estar em perfeita concordância com os princípios ensinados pela Teoria do Comércio Internacional.¹⁷

Ao forjar uma ligação entre a economia internacional e a política, Hirschman enfocou principalmente o conceito econômico de “ganhos do comércio”, mostrando como esse ganho pode levar à dependência o país que recebe o ganho em relação ao país que o concede. Procedendo ao longo das hipóteses da teoria clássica, Hirschman supõe que ambos os países ganham, mas enfatiza que, em um grande número de constelações, esses ganhos são assimétricos: um dado volume de comércio entre os países A (rico e grande) e B (pequeno e pobre) pode ser mais importante para B do que para A. As importações que A faz de B podem representar, digamos, 80% das exportações totais de B, mas somar apenas 3% das importações totais de A. Ressaltando bastante a importância de assimetrias e disparidades como esta, Hirschman imagina vários instrumentos estatísticos para medi-las.

Já, curiosamente, em seu livro de 1996, Hirschman registra:

Em *National power and the structure of foreign trade*, mostrei como relações de influência, dependência e dominação emergem diretamente daquelas transações comerciais entre nações soberanas que vinham de lon-

¹⁷ Ibid., p. 40.

ga data sendo caracterizadas como “mutuamente benéficas” pela teoria do comércio internacional. Mesmo que se concordasse com a clássica teoria dos ganhos econômicos com o comércio, poderia ser demonstrado que os efeitos *políticos* do comércio exterior tendiam a ser *assimétricos* e favorecer, pelo menos de início, os países maiores e mais ricos. Essa constatação fundamental foi uma razão de meu livro ter sido “redescoberto” nos anos 60, quando diversos autores desenvolveram a chamada teoria da dependência. *Na verdade, nunca me senti à vontade sendo tomado por “precursor” desse grupo, cuja análise econômica e política com frequência julguei muito sombria.*¹⁸ Em 1977 (Hirschman, 1977, reimpresso em *Essays on trespassing: 27-33*), surgiu-me a oportunidade de explicar minha atitude para com a escola da dependência e decidi fazê-lo criticando minha própria tese de um quarto de século atrás. Procurei mostrar que a própria situação de dependência que um país pequeno e pobre talvez experimente de início, como resultado de seu comércio com um país grande e rico, pode originar diversas contratendências, econômicas e políticas, que a seu tempo reduzirão essa dependência. Por exemplo, quando o comércio entre um país grande e poderoso e um país pequeno contribui inicialmente para a subordinação deste último, essa situação levará a uma reação que tem alguma chance de êxito devido ao que denomino “disparidade de atenção”: o país grande é incapaz de voltar a atenção – e é improvável que o faça – para suas relações com um pequeno parceiro comercial com a mesma concentração de esforços que está ao alcance e é característica deste (o país [dependente] provavelmente procurará escapar à dominação mais ativamente e com mais energia do que o país dominante se esforçará para impedir essa libertação).¹⁹

¹⁸ Grifos do autor. É curioso confrontar esta frase com a intervenção na Lasa, registrada no início.

¹⁹ Hirschman, 1996:101.

O “consumo” da teoria da dependência entre alguns economistas brasileiros

A seguir, reproduzimos trechos de depoimentos de importantes economistas brasileiros de gerações diferenciadas (ver Mantega e Rego, 1999), onde eles se referem à teoria da dependência.

Roberto Campos acha um absurdo a incursão de sociólogos na economia. “Para o economista, as questões são de *how much more is?*, quer dizer, tudo é questão de grau. Então, do subdesenvolvimento ao desenvolvimento há apenas um espectro de variações quantitativas. Já o sociólogo gosta de criar categorias, e categorias estáticas no tempo.” Para os sociólogos, segundo Campos, o subdesenvolvimento é uma categoria estática, oposta à categoria de desenvolvimento; já para o economista, é um mero estágio, não haveria esta separação de categorias. Para Campos, o desenvolvimento asiático demonstraria isso:

Hoje, o aço da Coréia, os computadores de Taiwan, os *chips* da Coréia intimidam os países desenvolvidos, por quê? Porque o capital aplicado em sucessivas doses acaba gerando um espectro contínuo de crescimento. Eu nunca comprei a tese da dependência, ela sempre me pareceu bastante ridícula, primitiva mesmo. É a eterna confusão de faseologia com ideologia, eles dão uma interpretação ideológica àquilo que é meramente faseológico, são fases de desenvolvimento.

Já Celso Furtado, que foi um dos precursores da reflexão sobre dependência e adepto da abordagem cepalina, aceita plenamente a teoria da dependência:

Para nós que vivíamos dentro da teoria de centro-periferia, a dependência era um fato que decorria da estrutura do sistema. Escrevi um livro sobre dependência em 1956. Agora, a visão que os sociólogos tiveram foi mais de olhar dentro da própria sociedade, como é que ela se solda e como ela se forma, a dependência. O fenômeno da dependência: todos conheciam, a própria teoria do semicolonialismo era uma teoria da dependência, que

os marxistas desenvolviam. Agora, ligar isso à estrutura interna da sociedade foi uma contribuição dos sociólogos. Na verdade, o fenômeno, a situação de dependência era aceita por uns como uma coisa natural, mas todo mundo partia do fato de que isso existia. Gudin, por exemplo, que era o homem da extrema direita, do liberalismo mais descabelado, criou a teoria da economia reflexa, que no fundo é economia dependente. Economia reflexa, que reflete tudo o que vem de fora, é uma forma de dependência maior. Portanto, o nome de dependência em si não tem muita importância, o que importa de verdade são os ingredientes do processo, e o que os sociólogos trouxeram foi um estudo da estrutura de poder interna, que está ligada à forma de dependência que surge com a industrialização. Você industrializou, você avançou, criou uma economia mais complexa e em realidade, digamos assim, não superou a dependência, ela assumiu outra forma. Porque a sua estrutura social se fez a serviço dos interesses da dependência. A verdade verdadeira é que, quando você internacionaliza uma economia subdesenvolvida, você aprofunda a raiz da dependência.

Já Delfim Netto, ainda que menos radical do que Campos na crítica à teoria da dependência, tenta retirar de forma muito forte a sua importância:

A teoria da dependência, desde o começo, é simplesmente uma retirada da posição inicial. Uma posição marxista, em que você tinha uma espoliação acentuada, é transformada no seguinte: “não vamos ter ilusão, os estrangeiros se juntam aos empresários nacionais para continuar a exploração do sistema”, é isso que é a teoria da dependência. Ou é mais do que isso?

Para Delfim, não há a exploração no sentido de Lenin.²⁰ O capital internacional, quando vem para a periferia,

junta-se com a burguesia nacional e os dois exploram. Durante anos o Brasil crescendo, e eles dizendo que o Brasil não podia crescer. Foi só em

²⁰ Refere-se a *Imperialismo, etapa superior do capitalismo* (Lenin, 1916).

1976, quando já tinha crescido mesmo, que disseram “tem alguma coisa que está errada aí, vamos fazer a independência da teoria da dependência”. O que estava errado? É que de fato não há esse processo de espoliação, esse é um processo em que o capital estrangeiro se une ao capital nacional, penetra na burguesia nacional e produz um aumento.

Delfim Netto, ironicamente como é seu estilo, não vê problema em dar *status* de teoria à reflexão sobre dependência. “Você quer chamar isso de teoria, pode chamar. Dizer que isso representa um conhecimento profundo, e uma revolução sociológica do entendimento, também pode, é uma questão de gosto”.

Nas palavras de Luiz G. Belluzzo:

Na época, você tinha várias versões da teoria da dependência. Havia uma versão mais estagnacionista, que era a alternativa socialismo ou dependência, que tinha origem no “desenvolvimento do subdesenvolvimento” do Gunder Frank.²¹ Essa controvérsia se desdobrou ainda em outras, na teoria do subimperialismo e na posição do Fernando Henrique, que procura colocar o seguinte: você pode ter as duas coisas, dependência e desenvolvimento, o desenvolvimento dependente. Em relação à teoria do imperialismo, tal como ela era manejada pelos marxistas brasileiros na época, aparecia como originária do Gunder Frank, era uma flexibilização importante. Também refletia um pouco o otimismo, porque dizia: “vai ter desenvolvimento associado, dependente, mas esse desenvolvimento pode ter graus distintos de avanço social”. Depende da relação interna de classes, da relação interna de forças e da maneira como essa relação de forças se reflete nas políticas de Estado. Olhando para trás, havia um pouco de otimismo que eu acho que perdura até hoje. Teve a virtude de mostrar como o entorno internacional condicionava o desenvolvimento das economias periféricas. Mas, veja bem, as condições que presidiam aquele momento não são mais as que estão presentes agora. As condi-

²¹ Frank, 1966.

ções de desenvolvimento capitalista são muito mais estritas hoje do que foram no passado.

Para Pérsio Arida,

a teoria da dependência, como teoria econômica, produziu muito pouco. Como sociologia, é outra coisa. A idéia das perdas associadas ao processo de troca²² é uma idéia equivocada, a idéia de uma especialização inevitável, da divisão do trabalho, que também é uma idéia equivocada. Hoje em dia, com as tecnologias modernas, o conceito de vantagens comparativas ficou mais intenso do que antes, quer dizer, você monta carro na Alemanha, mas faz o processamento de dados na Índia, porque o processador da Índia funciona melhor que o processador da Alemanha. As pessoas falavam: “existe um problema, tem um pedaço do mundo que vai a reboque do resto, talvez aqui tenha um caminho de entendimento do porquê”. Mas eu realmente acho que, como economia, nunca foi muito longe. Foi extremamente influente na sociologia, mas na teoria econômica não. Lembro que, quando eu cheguei no MIT, nem existia, nunca houve “traço” a respeito.

Paulo N. Batista Jr. considera o uso do termo “teoria” um pouco abusivo:

Não é propriamente uma teoria, são algumas observações sobre certas características do processo de desenvolvimento, das relações internacionais da América Latina. Tinham a pretensão de criar um paradigma que tivesse um peso intelectual comparável ao que a Cepal tinha construído com Prebisch e Furtado. Eles não chegaram a isso, na minha opinião. Grande parte do interesse na época tinha a ver com as controvérsias internas da esquerda marxista, ou quase marxista, latino-americana.

Para Batista Jr., a teoria da dependência está explicitamente formulada como uma contraposição ao nacional-desenvolvimentismo e, em particular, à adesão de parte da esquerda marxista:

²² Alude a “Desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas” (Prebisch, 1949).

O argumento etapista dizia que, na América Latina, você tinha que passar por uma fase de aliança com a burguesia nacional para se contrapor ao imperialismo americano. Disso resultaria um processo de desenvolvimento que, mais tarde, convergiria na direção do socialismo. E o que diziam? Não, a burguesia nacional é dependente e associada, ela não será um aliado. Não há uma alternativa nacional ao imperialismo americano, era mais ou menos essa a colocação.

Para Batista Jr., despojado da retórica marxista, isso foi virando uma coisa diferente ao longo dos anos 1970, 1980, na trajetória dos intelectuais que acabariam no PSDB: “É que não há alternativa nacional, ponto. Portanto, o que há é uma alternativa de cooperação com as forças internacionais.”

Então, para Batista Jr., o que se chama hoje de teoria da nova dependência estaria se aproximando do Consenso de Washington:

Na prática, representa uma parte da esquerda, impelida pelas desilusões com a experiência socialista no bloco soviético, aderindo a um movimento internacional hegemônico. São ex-esquerdistas na posição de interlocutores privilegiados de interesses internacionais e de viabilizadores da adaptação da política econômica e internacional de vários países latino-americanos, do Brasil em particular, a esse padrão internacional. Acho que isso estava presente, em germe, nas controvérsias intramarxistas dos anos 1960, 1970. Essa percepção altamente cética sobre a possibilidade de se ter um projeto nacional, assentado ou não na “burguesia nacional”. Uma coisa é o reconhecimento realista do grau de integração do empresariado brasileiro e das elites brasileiras com os interesses internacionais, isso é uma análise. Outra é que, em ciência social, a análise do que é nunca está inteiramente separada da discussão do que deve ser. E ela desemboca em uma recomendação prática de “não há o que fazer, vamos participar desse processo, tal como está estruturado”.

Já Singer julga que a teoria da dependência foi um avanço teórico importante:

A meu ver, foi muito importante. Fui e continuo entusiasta. Tentou-se substituir a teoria do imperialismo pela teoria da dependência, que, de certa forma, são substitutos. Mas, na verdade, a idéia central da teoria da dependência não é a exploração. Ela é muito mais complexa do que isso. É um relacionamento entre classes sociais – principalmente de classes dominantes, das metrópoles e dos países periféricos. Há classes sociais nos dois países: no centro e na periferia. Essas classes estão em conflitos muito complexos e, portanto, o relacionamento entre esses países é permeado por esses conflitos dentro deles também. É uma visão muito rica de como se dá o relacionamento entre países desiguais e que procuram tirar proveito das suas desigualdades, das suas complementaridades. Daí a idéia do desenvolvimento associado.

Para Barros de Castro, o que a teoria da dependência tem de novo é o esforço, é a proposta metodológica e teórica ambiciosa, que toma a mudança econômica como ininteligível sem a explicitação dos interesses sociais e da estrutura política que estão por trás de cada mudança:

Isso é o que tem de novo e é novo mesmo, no sentido de que o pensamento do Prebisch, do Furtado, apesar de, vez por outra, estender um braço, uma implicação no campo social, está centrado na problemática econômica, como se ela tivesse uma lógica própria.

Castro registra que

absolutamente não aprecio. Não sei qual é a palavra simples e adequada, que não seja rude, mas que seja sintética. Eu absolutamente não me convenci. Usando uma expressão cruel, mas que eu acho que é verdadeira: o que ele tem de novo não é bom e o que ele tem de bom não é novo. Porque eu não fiquei minimamente convencido de que os autores tenham conseguido, digamos assim, romper o economicismo de forma fecunda. E, muito particularmente, acho que há nas obras um esforço que vicia todos os resultados, que é uma dupla analogia com o marxismo (...) Dupla analogia de achar que o fundamental é cada classe ou cada grupo social procurar montar a estrutura econômica e social de acordo com os

seus interesses. Como se cada classe ou conjunto de classe, grupo ou aliança fosse portador de um modo de produção, de uma forma de estruturação da economia e da sociedade, e que cada sujeito histórico tenta assumir o comando da história através disso. Dessa estruturação conforme os seus interesses, conforme a sua, digamos, vocação histórica. E as demais classes, grupos excluídos etc. resistem a isso, essa é a segunda idéia, e a coisa se dá através de conflitos. São obviamente duas evocações do marxismo. Primeiramente, a evocação do que há de mais central em Marx, que é a burguesia como classe social, portadora de um modo de produção, que se afirma ao superar o feudalismo e estrutura o mundo de acordo com o seu interesse, contrariando as forças que a ela resistem. Basicamente, as classes pré-burguesas. Então, aí estão as duas coisas. Tanto a idéia de que ela é portadora de um novo mundo e que o estrutura de acordo com os seus interesses, quanto a idéia de que isso se faz através de conflitos, que é o que move a história. As duas são, portanto, propriedades absolutamente fundamentais e idéias centrais do marxismo. Então, eu diria que essa idéia, que é matricial em Marx, no máximo se aplica à emergência da burguesia. Se você tenta reproduzir isso para outras experiências, você fracassa. Todas as tentativas de imaginar a superação do escravismo pelo feudalismo deram com os burros n'água. Porque não existe a classe feudal que é portadora do seu modo feudal, que brinca com a classe de donos de escravos etc. e vai por aí fora. Assim também essa analogia se revelou altamente problemática quando aplicada ao proletariado. O proletariado não conseguiu de maneira nenhuma fazer algo análogo ao que a burguesia fez. Bater crescentemente contra a classe hegemônica que o precede, impor e estruturar o seu mundo a seguir. E essa analogia não serve. E muito menos, aí vai o meu ponto, serve para estudar formações econômicas como a nossa. E a idéia de que, aqui também, você vai entender o movimento econômico a partir dos interesses da classe dominante, da classe que está chegando a ser dominante, e que este processo é movido por conflitos, essa tentativa está condenada ao fracasso. Aliás, as referências feitas na teoria da dependência ao caso brasileiro são pífias, como vocês podem reparar. Há, inclusive, uma passa-

gem em que reconhecem que, pelo menos na primeira fase da industrialização, lá pelo Vargas, nada tem a ver com uma impulsão a partir da burguesia. Isso eles admitem. Mas acontece que realmente prossegue assim, e não é uma boa coisa metodológica. Ela realmente não é capaz de organizar um material histórico. Ela estava condenada ao fracasso. Eu nunca aceitei essa proposição básica: a idéia é absolutamente genial no Marx, de fazer uma história do capitalismo a partir da ascensão da burguesia como eixo estruturante da história. É uma idéia genial, mas não é reproduzível e passível de ser usada no varejo para estudar, por exemplo, o Paraguai de 1950 a 1970, não dá! É bobagem porque não é por aí que você vai conseguir organizar um material histórico. Então, eu tenho uma discordância radical desde o início.

A teoria da inflação inercial

Bresser-Pereira expõe suas reflexões sobre o processo inflacionário no começo da década de 1970, em um artigo sobre inflação de custos. No final dessa década, faz um artigo mais geral sobre a inflação brasileira, publicado em 1979. Nesse mesmo ano, ao dar uma aula especial sobre inflação no curso de especialização (Ceag) da Fundação Getúlio Vargas, apresenta uma exposição que é a base de um artigo intitulado “A inflação no capitalismo de Estado e a experiência brasileira recente”, publicado no primeiro número da *Revista de Economia Política* e também como primeiro capítulo do livro *Inflação e recessão*. Nesse artigo, Bresser mistura as suas teorias sobre burocracia e sobre Estado, o seu profundo conhecimento de Kalecki e o que aprendera com Ignácio Rangel acerca de inflação de custos, além de sua observação do que estava acontecendo no Brasil naquela época, em fim de 1979 ou começo de 1980, quando havia plena recessão e uma inflação que não caía de nenhuma maneira (100% ao ano e não cedia). Na ocasião, Bresser teve a idéia de explicar esse quadro através de um processo defasado de aumento de preços, em que as empresas A, B e C aumentavam seus preços defasadamente. Em 1982, Bresser escreve (com o auxílio de Nakano) um artigo sobre inflação que é a base da sua visão da teoria da inflação inercial:

“Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação”. Esse artigo vai ser apresentado na Anpec em dezembro de 1983, onde o debatedor é Chico Lopes. É exatamente o momento em que os economistas da PUC do Rio de Janeiro, Pérsio Arida, André Lara-Resende, Chico Lopes e Edmar Bacha, com os quais naquela época Bresser e Nakano tinham pouco contato, estavam também desenvolvendo suas idéias sobre a inércia inflacionária. Em novembro de 1984, Pérsio Arida e André Lara-Resende apresentam em Washington o artigo contendo a proposta que ficou conhecida como “Larida”. Nesse ano, Bresser e Nakano já haviam publicado o livro *Inflação e recessão*, reunindo todos os artigos que haviam escrito sobre inflação inercial, inclusive um artigo sobre política administrativa de controle de inflação, sobre como se acaba com uma inflação de caráter inercial. Esse livro, como registra Bresser,

marca a transição da nossa visão rangeliana da inflação, que já era um avanço, que é a visão de que a inflação decorre em grande parte do poder de monopólio das empresas, para a visão inercialista da inflação, que está colocada no meu artigo²³ escrito em 80. E depois a minha associação com o Nakano, que aí então dá ao trabalho uma sistematicidade. Em 84, o André Lara-Resende vai para a Argentina comigo em julho e temos enormes conversas.

Inflação e recessão é o primeiro livro publicado no Brasil sobre inflação inercial. No final de 1984, Chico Lopes escreve o que Bresser considera o melhor artigo sobre inflação inercial, “Inflação e hiperinflação: notas e conjecturas”, apresentado na Anpec de 1984, publicado também na *Revista de Economia Política* e, depois, no seu livro *O choque heterodoxo*. Bresser-Pereira registra que seu desenvolvimento teórico a respeito de inflação se deu de forma autônoma. Nas palavras de Bresser,

só mais tarde eu vim a descobrir quem era realmente o autor da idéia (...). Nós descobrimos por nossa conta, Nakano e eu em São Paulo, e, na

²³ “A inflação no capitalismo de Estado” (Bresser-Pereira, 1981).

PUC, Pêrsio, André, Bacha e Chico Lopes, talvez o Modiano também, no Rio. Mas já havia alguma coisa feita anteriormente, e o grande iniciador disso realmente é um economista cubano chamado Felipe Pazos, que em 1972 publicou, por uma editora americana, um livro chamado *Chronic inflation in Latin America*, que ninguém tinha lido, não sei por quê. Eu li só no final da década de 80. Lá não tem muita teoria, mas tem basicamente a idéia da inflação inercial. E eu acho que o Mario Henrique Simonsen também foi um pouco pioneiro quando desenvolveu a idéia da realimentação, mas ele tentou combinar a realimentação com o monetarismo e com o keynesianismo, e ficou uma salada. Mas a idéia era muito boa.

Concordamos plenamente com Bresser quando afirma que a teoria da inflação inercial foi um grande avanço teórico,

certamente a coisa mais importante que os brasileiros fizeram em macroeconomia. Batia com a teoria estruturalista do Ignácio Rangel apenas em uma coisa: a moeda era vista como endógena, isso é fundamental. Mas o próprio Ignácio Rangel não conseguiu entender a inflação inercial, que era um passo adiante.

Leda Paulani, no interessante livro *Os heterodoxos e o pós-moderno*, escrito com mais dois autores em 1986, já havia tratado da teoria da inflação inercial.²⁴ Posteriormente, num artigo redigido para o livro *50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996)* – obra em co-autoria de A. Bianchi, F. Anuatti, G. Mantega, L. Paulani, L. Bresser-Pereira, M. Loureiro e R. Bielschowsky –, depois de demonstrar qual a natureza do diagnóstico inercial, e de considerar até que ponto esse diagnóstico “pode ser alinhado ao grupo das idéias heterodoxas”, Paulani tem como objetivo principal responder “sob que aspectos pode (ou não) esse diagnóstico ser considerado como uma criação genuinamente nacional”.²⁵ O título de seu artigo é “Teoria da

²⁴ Bier, Paulani e Messemberg, 1986.

²⁵ Paulani, 1997:162.

inflação inercial: um episódio singular na história da ciência econômica no Brasil?”. Percebemos, já pelo título e pelos objetivos explicitamente elencados, que Paulani não está questionando o *status* de teoria conferido à abordagem inercialista, e sim questionando fundamentalmente se essa criação teórica é nacional, ou, para usar sua expressão, “genuinamente nacional”.

Estou a divergir de Leda Paulani. Nossa hipótese aqui é de que a teoria da inflação inercial é uma contribuição fundamentalmente nacional (estou substituindo o genuinamente por fundamentalmente, pois afinal de contas *ex nihilo nihil*, ou seja, do nada, nada provém, com que a própria Paulani parece a seguir concordar). Ouçamo-la:

que dizer a respeito do estatuto de teoria econômica genuinamente nacional algumas vezes conferido à teoria da inflação inercial? Com todas as ressalvas necessárias à possibilidade de se falar nesses termos, vale dizer, falar de uma teoria econômica “genuinamente nacional”, qualquer que seja a nação em questão, há que se considerar uma faceta nacional nessa teoria, visto que, se estivermos corretos em nossa hipótese, ela aqui se constitui precisamente porque a peculiaridade de nosso contexto formalmente indexado forneceu-lhe a realidade objetiva que foi seu ponto de partida. De outro lado, porém, como a heterodoxia está associada a nossas peculiaridades e diferenças, enquanto a ortodoxia põe-se, quase por definição, como o paradigma que tenta pretensamente dar conta da universalidade dos princípios que regem a economia de mercado, não deixa de ser curioso que um expediente heterodoxo assentado, porém, numa base conceitual ortodoxa, tenha tido tamanha funcionalidade. Como já adiantamos, a despeito da recorrência em nossa história de discursos ortodoxos (em alguns momentos mais intensos do que em outros), as idéias estritamente aí enquadradas sempre giraram em falso por aqui, porque esbarravam numa realidade objetiva, ainda que igualmente capitalista, distinta de sua matriz de origem. A experiência brasileira recente com programas de estabilização advindos do diagnóstico inercial teria alterado, por vias inusitadas, essa situação. Assim considerada, a teoria da inflação inercial teria muito pouco de genuinamente nacio-

nal. Deriva dessa complexidade, portanto, a diversidade de opiniões a esse respeito que se registrou nas conversas com alguns dos mais importantes economistas brasileiros recentemente editadas (Biderman, Cozac e Rego, 1996).²⁶

A seguir, apresentamos os pontos de vista de Roberto Campos, Furtado, Delfim, Belluzzo, Singer, Affonso C. Pastore e Pedro Malan a respeito da teoria da inflação inercial. Campos vê como exorbitância considerar a inflação inercial uma teoria:

Acho que há um grande exagero nisso. Na realidade, o que a correção monetária em princípio faz é meramente registrar a inflação passada, é um termômetro. Você achar que o termômetro produz a febre é uma ligeira confusão. O que provoca essa impressão de que a correção monetária é causa da inflação é que a correção monetária se torna uma coisa perversa, porque os agentes econômicos postulam a continuidade da política do governo. Se o governo tem hábitos de financiamento inflacionário, o agente econômico projeta para o futuro esse comportamento do governo. Então é o comportamento do governo, muito mais do que a correção monetária, que provoca a inflação. Na realidade, entre 1964 e 1973, a inflação baixou enquanto se expandia a aplicação do instituto da correção monetária. Ou seja, a correção monetária até ajudou a combater a inflação, porque permitiu poupança, permitiu contratos de longo prazo e evitou que o cidadão embutisse nos seus contratos salariais, ou de fornecimento, a inflação futura. Friedman, por exemplo, advoga que isso é a coisa mais racional possível.

Já para Furtado, não existe inflação inercial por conta própria. “A inflação brasileira, todo mundo sabe, é um conflito distributivo de renda. O governo foi sempre um beneficiário dessa inflação, pois não tendo meios de se autofinanciar adequadamente, não tendo uma política fiscal adequada, apelava para a inflação.” Para Furtado, a inflação inercial é um subproduto da indexação,

²⁶ Paulani, 1997:178.

porque você não encontra inflação inercial nos outros países, só onde existe indexação. Porque com a indexação você pode prever a inflação, então você podendo prever, você pode planejar também a inflação futura, portanto está transformado em uma necessidade, porque ninguém quer ficar atrás, “já sei que os preços vão aumentar mesmo, então tenho de aumentar os meus”, e tem-se uma inflação inercial, que é criada por ela mesma. Se a credibilidade volta, ela se dissolve, desaparece. A inflação clássica brasileira, de 30% ao ano que temos hoje, é a que eu conheci sempre, e que resulta das inflexibilidades estruturais da economia brasileira. Então, essa é uma inflação que reflete as tensões normais da luta pela distribuição da renda, a necessidade de baixar salários de uns, é o conflito distributivo clássico. A inflação inercial sozinha não precisa de uma explicação, ela só existe como subproduto. A inflação é criada pelas tensões distributivas, e é neutralizada pela inflação inercial.

Delfim Netto acredita que toda inflação tenha um forte componente distributivo. Mas se nega a classificar como teoria a reflexão sobre a inflação inercial. Em suas palavras, “meu Deus, se isto aqui for teoria, minha vó era bonde elétrico, e urubu é Boeing 770, que ainda não saiu”.

Já a posição de Pastore sobre a teoria da inflação inercial também é bastante cética. É interessante notar como ele coloca todo o problema em termos econométricos:

Deixa eu pegar esse negócio de inércia, que vocês mencionaram. Em primeiro lugar, não há uma teoria da inflação inercial, no meu modo de ver. Existe um fenômeno de inércia, mas se você pensar o que é inércia, vai descobrir que é uma coisa muito interessante. Em primeiro lugar, inércia não foi criada pelo André nem pelo Pérsio, inércia é um fenômeno de *low frequency*, em séries temporais. Todas as séries temporais que têm movimentos de baixa frequência dominantes são séries que têm inércia. Se você for buscar isso lá atrás, em 1966 tem um trabalho importante de um sujeito chamado Clive Granger, publicado na *Econometrica*, intitulado “The typical spectral shape of economic variables”. Ele mos-

tra que a maior parte das variáveis econômicas, como produto, emprego, salários, nível de preços e taxa de inflação, tem densidade espectral concentrada nas frequências baixas, tudo AR positivo baixo. Isso é inércia. A taxa de inflação do Brasil tem AR positivo baixo, a taxa de inflação nos Estados Unidos, no Japão, na Inglaterra e na Alemanha, tem AR positivo baixo. Se você olhar as funções de autocorrelação, em qualquer um desses países, vai achar em todos eles um movimento de *low frequency*. Olha as funções de autocorrelação, nos Estados Unidos, no Japão, na Inglaterra, na Itália, todos têm uma enorme inércia, certo? Agora vem para o Brasil, nós estamos falando de 10, 20, 30, 40% por trimestre, de 500, 1.000, 1.500, por ano. Por favor, olha a função de autocorrelação da Itália e olha a função de autocorrelação do Brasil, veja se você acha alguma diferença. A inércia que tem aqui tem lá, que é a inércia produzida pela auto-regressividade. Será que nós inovamos alguma coisa com isso? Quando nos Estados Unidos, ou na Alemanha, ou na Itália, ou no Japão, ou em qualquer país, você dá um choque na taxa de inflação, esse choque produz um crescimento da inflação. Um choque de uma má oferta agrícola, sobe e aí vai caindo, caindo e se dissipa. Trabalha com séries temporais, estima os modelos, arma os modelos, estima todos e vai para a componente móvel do modelo, estima como o choque se situa no modelo. Quer dizer, você dá um choque de magnitude um, ele demora 10, 15, 20 trimestres, mas ele se dissipa nos Estados Unidos, na Alemanha, na Itália, no Japão, com sistemas de dissipação de velocidades muito parecidas. Quando no Brasil você dá um choque, o choque vai lá em cima e não se dissipa, ele se incorpora na taxa de inflação. Aí descobriu uma diferença. Mas isto é *Trends and random walks in economic variables*, é literatura de fora, lá atrás. Isso não está no André, não está no Pérsio, isso é literatura americana, não é brasileira, não é *break-through* de economista brasileiro. Estou tentando é fazer o meu ponto, dar o exemplo para vocês. Por que isso acontece? Os inercialistas dizem: “a inércia é produzida pela indexação”. Bom, a inércia é produzida pela rigidez de preços. Qualquer mecanismo que introduza rigidez de preço produz inércia de auto-regressividade. Todos os países têm rigidez de preços, lá e cá,

por que lá dá o choque e dissipa, e aqui dá o choque e não dissipa? Tem alguma coisa lá que produz a dissipação, e tem alguma coisa aqui que produz a persistência do choque. Pega o modelo onde tem a rigidez de preço, um tipo de rigidez de preço, que é ou indexação ou expectativa adaptativa, deixa o governo operar fixando a taxa de juro, portanto tendo moeda passiva. Quando isso acontece, aparece a raiz unitária, que gera aquele fenómeno de persistência. Quando você fixa moeda e não fixa taxa de juro, o governo produz alguma força que produz a dissipação, desaparece a raiz unitária, sempre. Eu estou dizendo o seguinte: inércia é também fenómeno monetário. Onde eu vou buscar essa idéia? Aqui no Brasil? Não. Lá fora, só. Isso aqui está tudo na literatura, isso não tem uma inovação em cima da literatura.

Para Belluzzo, o consenso dos anos 1980 era a desvalorização e ajuste fiscal, essa era a recomendação do fundo. Reverter o déficit das transações correntes, fazer um saldo comercial grande, reduzir a expansão do crédito líquido doméstico da economia, expandir as reservas e conseguir estabilizar. As economias entraram em uma trajetória de fortíssima instabilidade, com sucessivas tentativas de realinhar o câmbio, fazer as máximas. Suscitou-se uma generalização da indexação, no caso do Brasil de maneira mais intensa e mais forte, que levou à impossibilidade de produzir o alinhamento de preços relativos desejado. Daí, segundo Belluzzo, é que nasce a idéia de inflação inercial, para explicar a continuidade do processo inflacionário mesmo depois de ter atingido alguns objetivos suscitados pelo programa do fundo. Muitos países conseguiram reverter rapidamente a sua situação no balanço de pagamentos, outros conseguiram fazer progressos importantes no lado fiscal. Para Belluzzo,

era isso que sustentava, em boa medida, a possibilidade da teoria de inflação inercial. Os primeiros artigos diziam o seguinte: “já que você tem uma situação de finanças públicas resolvida, a inflação só pode ser explicada pelos mecanismos formais e informais de transferência para frente da inflação passada”. Então, justificava-se ou uma reforma monetária pura e simplesmente, como se você desse um golpe de judô, usando

a superindexação para terminar com toda a indexação, ou através de uma intervenção no sistema de preços para criar várias âncoras nominais. Uma vez que tudo o mais estava resolvido, você poderia saltar para uma situação de estabilidade. Qual era o problema das teorias da inflação inercial? Era o fato de que eles não se deram conta de que a questão do financiamento externo, portanto a raiz da instabilidade, permanecia. Esta situação não se sustentaria por muito tempo, a menos que se usassem outros supostos e outros métodos. Ou a economia teria de funcionar em um nível muito baixo de atividade, ou teria de se avançar na intervenção. Nenhuma das duas coisas era satisfatória, porque a raiz da instabilidade, que eram as condições de financiamento externo, não estava resolvida.

O que aconteceu durante os anos 1970 foi uma tentativa de correr atrás do próprio rabo. Quando se reverteu a situação externa, encontraram-se as condições óbvias para que a economia se estabilizasse. Aliás, depois de todo esse barulho, o que sobra é o seguinte: depois de um processo prolongado de inflação muito alta ou de hiperinflação, está no meu artigo com a Conceição,²⁷ a única forma é restaurar o sistema monetário pela sua função fundamental, senão não consegue estabilizar. Isso é uma coisa clássica, que limita muito o alcance das teorias inerciais da inflação. É por isso que você não conseguia explicar. Não havia como, nos quadros da teoria da inflação inercial, explicar o que estava acontecendo. O próprio Frenkel, depois de ter escrito um artigo sobre a formação de preços em uma economia de alta inflação,²⁸ em que ele adotava uma explicação parecida com a teoria da inflação inercial, escreveu um artigo sobre as inflações altas que suscitam intervalos de relativa estabilidade da taxa, seguidos de aceleração. No livro da Leda Paulani e do Roberto Messemberg,²⁹ a crítica que eles nos fazem é de termos feito uma análise

²⁷ "Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea" (Belluzzo e Tavares, 1984); também em Rego (1986).

²⁸ "Decisiones de precios en alta inflación" (Frenkel, 1979); também em Rego (1989).

²⁹ Bier, Paulani e Messemberg, 1986.

e feito outra coisa na prática. De certa forma eles têm razão, mas ali a questão era outra. Nós sabíamos que aquilo tinha uma vida limitada, mas quase que fomos constrangidos a fazer o plano. A expectativa geral era de que você fizesse alguma coisa em relação à estabilização. Mas a posição que está no meu artigo com a Conceição é que você tem um problema de instabilidade derivada dos desequilíbrios de estoques que a crise externa causou.

Ainda Belluzzo:

Se você olhar a literatura sobre hiperinflação do pós-guerra, ou a própria tese do Gustavo Franco, vai encontrar suporte para a idéia de que é preciso restaurar as condições de financiamento externo. Os economistas e os políticos dos anos 1920 e 1930 sabiam disso com grande clareza. Na discussão brasileira, faltou informação histórica e ficou um pouco politizada no mau sentido. É uma tendência ruim na discussão econômica, pelo menos na discussão pública, aceitar a forma como a mídia em geral trata as questões. As pessoas não têm coragem de falar “esse problema não é assim”. Virou uma discussão sobre quem era o culpado pela inflação, se era o sistema financeiro, os bancos, os empresários que reajustavam demais os preços. Virou uma coisa muito ruim.

Singer, por sua vez, registra que os inercialistas

nos ensinaram uma coisa extremamente importante. O papel do conflito distributivo no processo inflacionário. Quer dizer, realmente eles deram um enorme passo adiante ao tirar a discussão da questão monetária. A tese da inflação inercial é nitidamente uma tese de economia política. A política está fortemente presente. Toda a idéia da inércia vem de uma indexação pública, política, governamental etc. Eles tentam mostrar que a economia está equilibrada e, portanto, pode dispensar a inflação. A inflação tornou-se dispensável e, portanto, é muito simples acabar com a inflação. E estavam certos! Houve circunstâncias específicas, porque o Plano Cruzado, a primeira tentativa, fracassou. Mas o Plano Real deu certo. E a facilidade com que se deu, afinal de contas, a estabilização em

94, surpreendeu. Ela é uma brilhante confirmação do *insight* teórico da inflação inercial. Cada inflação era 90% realmente inercial. Por isso que deu muito menos recessão que se temia e eu mesmo temia bastante. Agora, eu tentei trabalhar muito nos anos 1980 em cima de uma teoria de economia política da inflação. Escrevi muito sobre isso, tentando usar um ensaio da inflação inercial, a meu modo.

Singer acha que a abordagem político-econômico-histórica da inflação é melhor do que as abordagens alternativas, das quais a mais importante, evidentemente, é a monetarista, que diz pouco importar a origem da inflação, pois só há um jeito de acabar com ela, que é cortando a parte pública da demanda efetiva:

O que critico na teoria da inflação inercial do jeito que ela foi desenvolvida pelo Pêrsio Arida, André Lara-Resende, mais do que pelo Bresser e pelo Nakano, é o caráter exclusivamente econômico. Eu não consigo aceitar análises que não levem em consideração os elementos políticos que estão aí evidentemente presentes na análise. É impossível pensar numa inflação inercial sem pensar em todo o processo conflitivo de indexação. Por que é que não se tem um único índice para todos os valores da economia, mas tem n índices? A não ser o fato de que se pretende exatamente redistribuir a renda mediante o processo de indexação. Essa distribuição de renda a favor dos exportadores, dos banqueiros, ou contra os assalariados, não pode deixar de ser explicitada. É totalmente omitida nessas análises. Não aparece. Aparece um pouco no Bresser, no Nakano. Li um pouco nos outros. Essa é a minha principal divergência.

Já Pedro Malan, de alguma forma concordando com Leda Paulani, afirma:

O que é produção teórica, na verdade, como eu procurei dar exemplo, significa coisas diferentes, para diferentes pessoas em diferentes momentos e em diferentes lugares. Eu confesso a você, honestamente, que fico menos preocupado em saber se uma determinada contribuição tem o estatuto

de uma criação teórica, original, peculiar, de nosso país, de nossa comunidade acadêmica. Ou se ela é algo que avança no sentido do entendimento, do debate público no Brasil e se tem relevância para outros países. Então, eu tenho uma certa resistência a fazer uma espécie de votação para saber se tal hipótese de trabalho e se tal forma de tentar interpretar, analisar, propor soluções para um problema, ou uma interpretação mais apropriada para um determinado problema, tem o estatuto de teoria ou não. Eu acho que o final dos anos 1950 e os anos 1960 foram férteis para o debate, eu acho que a segunda metade dos anos 1980 e os anos 1990 foram extremamente férteis também. Sobre se há uma criatividade do pensamento econômico brasileiro, eu acho que existe uma grande criatividade, sim. Eu conheço as comunidades econômicas de vários países desenvolvidos e em desenvolvimento, eu acho que a nossa não fica a dever a nenhum país em desenvolvimento, não fica a dever mesmo. Certamente, não fica a dever a nenhum. Procurei dizer isso no prefácio do teu livro *Conversas com economistas brasileiros*. Agora, eu acho que o trabalho do Francisco Lopes, do Bresser-Pereira e do Nakano, do Pérsio Arida e do André Lara-Resende, sobre os nossos próprios debates, com inúmeras e inúmeras reuniões e missões aqui e em Washington com o FMI, sobre a impossibilidade de equacionar o problema da alta, crônica e crescente inflação brasileira apenas com a combinação tradicional de política fiscal e monetária austera, foram importantes nesse sentido, assim como o fato de termos sofrido as experiências fracassadas do Cruzado, do Plano Bresser, do Plano Verão, Collor I, Collor II. As pessoas, as comunidades aprendem com acertos e aprendem com erros também. Eu acho que a experiência acumulada ao se analisar e entender por que essas experiências não deram certo, o empenho de vários destes que aqui estão mencionados de entender por que foi bem-sucedida a experiência de Israel, do Chile, do México, sucessos e erros de outros países, também foi fundamental para esse processo que é criativo. Não é para ser diminuído porque não se gerou uma teoria que é reconhecida internacionalmente como uma teoria. Eu acho que hoje é reconhecida a criatividade do pensamento econômico brasileiro. Ao desenvolver uma forma de lidar com

o tipo de inflação que não é uma inflação com características de economias em que ela podia ser tratada simplesmente através de instrumentos convencionais de política fiscal e monetária. Lidar com inflação inercial é uma expressão da criatividade do pensamento econômico brasileiro, aplicado na resolução de um problema real. Por que é que isso não foi tão desenvolvido em outros países? Porque o Brasil é o único país, não tem paralelo no mundo, que foi tão longe, e durante décadas, no desenvolvimento de mecanismos de indexação, generalizada, formal ou informal, da economia. Assim é que se exigia uma solução adequada às características e circunstâncias do Brasil.

O mérito desse grupo de economistas brasileiros foi ter refletido longamente sobre isso e ter feito uma proposta adequada para a resolução de um problema. Eu acho que essa é uma efetiva expressão de criatividade. Fico menos preocupado em saber se isso configura uma teoria ou não. Mesmo porque é possível encontrar na produção teórica do mundo desenvolvido essas idéias. Refiro-me aqui a James Tobin, por exemplo, lembro-me de ter lido um artigo dele sobre isso. Já falavam na inflação inercial como um dos elementos possíveis para explicar a permanência da inflação em alguns países. Mas não era um problema – a sociedade só se concentra nos problemas que são relevantes para a sua própria sobrevivência –, não chegou a ser um problema fundamental para boa parte do resto do mundo como foi para nós. Então, aqui se desenvolveu um pouco mais de “tecnologia”, digamos assim, para lidar com isso e eu espero que, depois de algumas experiências fracassadas, tenhamos resolvido o problema definitivamente com o Plano Real.

A “angústia da influência” em Bresser e a partir de Bresser

Os depoimentos de Bresser e de Hirschman sobre as suas produções teóricas e a recepção de suas teorias pelos seus pares fazem-nos lembrar de Bloom. Harold Bloom, no excelente livro *A angústia da influência*, um clássico da teoria literária, apresenta uma teoria da autoria através de uma des-

crição da influência autoral, ou história das relações intra-autorais. “Um dos objetivos dessa teoria é de natureza corretiva: acabar com a idealização de nossas versões oficiais de como um autor ajuda a formar outro.”³⁰ Os autores fortes fazem a história deslendo-se uns dos outros, de maneira a abrir um espaço próprio de fabulação. Registra Bloom:

Meu interesse único, aqui, são os autores fortes, grandes figuras com persistência para combater seus precursores fortes até a morte. Talentos mais fracos são presas de idealizações: a imaginação capaz se apropria de tudo para si. Mas nada vem do nada e a apropriação envolve, portanto, imensas angústias de débito.³¹

Bloom traça então cinco movimentos revisionários no ciclo vital do autor forte: *Clinamen*, *Kenosis*, *Demonização*, *Askesis* e *Apophrades*. A seguir reproduzimos quatro desses movimentos:³²

- *Clinamen*, que é a desleitura ou desapropriação, propriamente dita. Um autor se desvia ao ler seus precursores de tal forma a executar um *clinamen* com relação a eles. Isto aparece como um movimento corretivo em seu próprio texto, sugerindo que os textos precursores foram acurados até certo ponto, mas deveriam, então, ter-se desviado, precisamente na direção em que se move o novo texto.

³⁰ Bloom, 1991:33.

³¹ Bloom, 1991:33..

³² Harold Bloom, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, registra: “Jorge Luis Borges foi um dos meus pontos de partida. Borges sempre escreve parábolas sobre a angústia da influência, como quando diz sobre Shakespeare que ele era todos e nenhum. Não sei se não foi mais da leitura de Borges que de qualquer outro que tirei essa idéia. Só me dei conta disso quando escrevi *A map of misreading e Kabbalah and criticism*. (...) Como lido com a minha própria ‘angústia da influência’ em relação aos meus precursores? Continuo escrevendo. É a única maneira de lidar com isso. Acho que Borges, por exemplo, dissimulou essa angústia. A razão pela qual só escreveu histórias intrincadas, que são variações interpretativas de escritores precedentes, é que ele não queria confrontar o seu próprio ‘romance familiar’. (...) Ele não queria confrontar nem suas próprias idéias sobre a influência. No meu caso, a razão pela qual eu dirigi as minhas energias literárias para a crítica, e não para a poesia, vem do fato de que aceito a angústia da influência e sei que não posso escapar dela.”

- *Kenosis*, que é um mecanismo de ruptura semelhante aos mecanismos de defesa empregados pela psique contra as compulsões de repetição. *Kenosis*, portanto, é um movimento na direção de uma descontinuidade com relação aos precursores. O autor posterior, aparentemente esvaziando-se de sua própria inspiração, sua divindade fabulatória, supostamente se torna humilde, como se estivesse deixando de ser autor, mas a vazante é executada de tal forma em relação a textos-de-vazante precursores que os precursores também se vêem esvaziados.
- *Demonização*, ou um movimento na direção de um Contra-Sublime próprio, como reação ao Sublime dos precursores. O autor posterior se apresenta aberto ao que acredita ser uma potência nos textos-ascendentes que não pertence, de fato, a estes, mas sim a uma extensão ôntica imediatamente além dos precursores. É isto o que faz, então, em seu texto, ao postar-se com relação aos textos-ascendentes de tal forma que, ao generalizá-los, despreza o que existia de único nos trabalhos dos precursores.
- *Apophrades*, ou o retorno dos mortos. O autor mais recente, em sua própria fase final, já sob o peso de uma solidão de imaginação que é quase um solipsismo, sustenta seu próprio texto de tal forma aberto à obra dos precursores que, inicialmente, poderíamos pensar ter-se completado a volta ao círculo, transportando-nos de volta aos dias sufocantes de seu aprendizado, antes que sua força tivesse começado a se fazer sentir nas razões revisionárias. Mas o texto, agora, é *sustentado* em aberto, enquanto outrora *fora*, de fato, aberto, e o efeito estranhíssimo [*unheimlich*] é que o sucesso do novo texto faz com que este nos apareça, agora, não como obra dos ascendentes, mas como se o segundo autor houvesse, ele mesmo, escrito as obras características de seus precursores.

Os triunfos de um investigador

Clinamen, *Kenosis*, *Demonização*, *Apophrades*. É bem possível encontrar-se em Bresser esses quatro movimentos revisionários no ciclo vital de

um autor forte. Mas os triunfos de qualquer investigador são os de suas doutrinas. Que ele possa convencer seus contemporâneos e sucessores a considerarem-nas cuidadosamente. Quando Ricardo ou John Stuart Mill adotaram uma teoria de Smith, isso não queria dizer necessariamente que a aceitaram sem ressalvas, senão que seus trabalhos e pensamentos estavam dirigidos pela formulação de Smith. As falhas de Smith foram, então, aquelas teorias que seus sucessores ignoraram ou rejeitaram. Um êxito ou triunfo é uma proposição em economia que se converte em parte do sistema operativo (num paradigma, para usar a expressão de Kuhn) dos economistas contemporâneos e de seus sucessores. Eles aceitam e usam a proposição, ou discutem e rejeitam a proposição. Não tentarei aqui determinar as dívidas de Bresser para com seus predecessores; basta dizer que são grandes, como são grandes as nossas dívidas para com ele. Pode-se dizer de Bresser o que Newton disse de si mesmo: “Se enxerguei mais longe, é por estar sobre os ombros de gigante”.

Bresser não é um autor modesto e isso deve ser visto como um atributo para quem esteve envolvido diretamente na elaboração das duas mais importantes teorias produzidas por nossos cientistas sociais. Finalizamos, a propósito, lembrando-nos do economista George Stigler:

Se um jovem economista realmente mergulhar na história da economia, aprenderá que todas as inovações propostas são, de início, conduzidas de uma maneira altamente imperfeita, e que só gradualmente os grandes defeitos são corrigidos. Também aprenderá que os responsáveis por uma nova teoria exageram seus méritos, assim como as deficiências do conhecimento anterior que vêm procurando suplantar. Nunca ouvi falar de exceções importantes a essa norma agressiva de autopromoção. Por exemplo, Adam Smith *cuidadosamente* ignorou o interessante tratado de economia de Sir James Stuart, que apareceu com nove anos de antecedência ao seu trabalho. (O desprezo é o caminho mais rápido para o esquecimento.) A única exceção conspícua à regra do excesso de apreço pelas próprias idéias foi John Stuart Mill, cuja retidão era, de tão vasta, lamentável. *Ele* próprio menosprezou sua própria contribuição – e foi

recompensado, por um século, com uma desmerecida reputação de falta de criatividade. Tanta modéstia e respeito pela sabedoria recebida seriam predicados bastante dúbios para um inovador científico.³³

Referências bibliográficas

BELLUZZO, L. G.; TAVARES, M. da Conceição. Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea. In: REGO, J. M. (Org.). *Inflação inercial, teorias de inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BIER, A.; PAULANI, L.; MESSEMBERG, R. *O heterodoxo e o pós-moderno*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BLOOM, H. *A angústia da influência*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. Dividir ou multiplicar: a distribuição de renda e a recuperação da economia brasileira. *Visão*, dez. 1970.

_____. O novo modelo brasileiro de desenvolvimento. In: _____. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. *Estado e subdesenvolvimento industrializado*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. *O colapso de uma aliança de classes*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. A inflação no capitalismo de Estado (e a experiência brasileira recente). *Revista de Economia Política*, v. 1, n. 2, abr. 1981.

_____. Seis interpretações sobre o Brasil. *Dados*, v. 25, n. 3, p. 269-306, 1982.

_____. *Pactos políticos: do populismo à redemocratização*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Economista ou sociólogo do desenvolvimento. In: NAKANO, Yoshiaki; REGO, José Marcio; FURQUIM, Lilian (Orgs.). *Em*

³³ Stigler, 1982:213.

busca do novo: o Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaios e interpretação sociológica.* 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FRANK, A. G. *Capitalismo e subdesarrollo en América Latina.* Buenos Aires: Signo, 1966.

FRENKEL, R. Decisiones de precios en alta inflación. *Desarrollo Económico, Revista Cedes*, n. 75, 1979.

FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Um projeto para o Brasil.* Rio de Janeiro: Saga, 1968.

_____. *Brasil: a construção interrompida.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HIRSCHMAN, A. The rise and decline of development economics. In: *Essays in trespassing.* Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

_____. *Auto-subversão.* São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

LENIN, V. *Imperialismo, etapa superior do capitalismo.* México: FCE, 1916.

PAULANI, Leda. In: LOUREIRO, Maria Rita. *Cinquenta anos de pensamento econômico no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1997.

PREBISCH, R. Desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, v. 3, n. 4, 1949.

REGO, J. M. (Org.). *Inflação inercial, teorias de inflação e o Plano Cruzado.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. Retórica e a crítica ao método científico na economia: sociologia do conhecimento versus a lógica da superação positiva. In: ENCONTRO DA ANPEC, 17. *Anais...* Recife, 1989.

_____; MAZZEO, L. M.; FREITAS FILHO, E. de. Teorias sobre inflação: uma abordagem introdutória. In: REGO, J. M. (Org.). *Inflação inercial, teorias de inflação e o Plano Cruzado.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MANTEGA, G.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros 2*. São Paulo: 34, 1999.

SANTOS, Theotonio dos. *Imperialismo y dependencia*. México, D. F.: Ediciones Era, 1978.

STIGLER, J. *Memórias de um economista de Chicago*. Porto Alegre: Ortiz, 1982.